

“Andes apóia tese de Portella”

O secretário-geral adjunto do Ministério da Educação, Antônio Otávio Cintra, que presidiu o Grupo Executivo para a reforma do ensino superior (Geres), afirmou que o regime jurídico de “autarquia especial” proposto pela Associação dos Docentes de Ensino Superior (Andes) e Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) para reger as universidades federais, integrava a reforma universitária proposta em 1981, pelo ex-ministro da Educação, Eduardo Portella, considerada na época “reacionária” pelo movimento dos

docentes.

Cintra criticou ainda o princípio de indissociabilidade entre a pesquisa e o ensino proposto pela comissão paritária formada por representantes da Andes e Fasubra ao divulgar esta semana a minuta do anteprojeto para a reforma do ensino superior que está sendo elaborado pela comunidade universitária.

Ao contrário do anteprojeto dos docentes e funcionários das universidades federais, o anteprojeto do Gerês propõe que o ensino e a pesquisa devem ser dissociados. “O ensino indissociável da pesquisa não

ocorre na maioria das universidades, uma vez que nem todo professor precisa ser um pesquisador”, disse Otávio Cintra.

Quanto a proposta da Andes e Fasubra de o Governo prover, além da gratuidade do ensino, auxílio à alimentação, transporte, moradia e material escolar, Cintra afirmou que cabe à Andes indicar de onde virão os recursos para a viabilizar a proposta. Otávio Cintra defendeu o anteprojeto do Gerês afirmando que o documento procura “recuperar a dimensão do ensino através da aplicação do conhecimento científico.”